



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

04 de novembro 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 04/11/2014
Assunto: Cartão de Pagamento		Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

CARTÕES

Com os resultados positivos do Cartão de Pagamento do Estado conferido a todos os diretores das escolas da rede estadual, o governo passou a instituir a modalidade nas unidades da Polícia. Os cartões permitem pagamentos de pequenas despesas. Há estudos também para ampliar a inovação nos batalhões e unidades da Polícia Militar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 04/11/2014
Assunto: Livros		Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

IMORTAIS

A Academia Catarinense de Letras deve publicar nos próximos dias um novo edital fixando os critérios para preenchimento de três novas vagas. A diretoria definiu, também, com o secretário Filipe Mello, a distribuição às bibliotecas da rede estadual de ensino obras de autores catarinenses que integram seu acervo. São 78 títulos disponíveis.



Veículo: Jornal de Navegantes	Editoria: Educação	Data: 31/10/14
Assunto: Três municípios da região receberão ônibus escolares		Página: Online

JORNAL DE NAVEGANTES

e Região

Três municípios da região receberão novos ônibus escolares / Foto

Três municípios da região receberão novos ônibus escolares

Os municípios de Navegantes, Camboriú e Penha estão na lista do segundo lote e receberão um ônibus cada ainda este ano

DIVULGAÇÃO/ASCOM/EN

Na quinta-feira, 30 de outubro, o governador do Estado, Raimundo Colombo (PSD), e o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, realizaram a entrega do primeiro lote com 50 ônibus escolares para municípios catarinenses. O ato ocorreu no Centro Integrado de Cultura (CIC), às 14 horas. Os municípios de Camboriú, Navegantes e Penha estão na lista do segundo lote e receberão um ônibus cada ainda este ano.

O investimento para aquisição de dois lotes, totalizando 100 veículos, veio do Plano de Ações Articuladas (PAR) do Ministério da Educação no valor de R\$ 15 milhões. Cada ônibus conta com 21 lugares e mais um box



Os ônibus fazem parte do Programa Caminho da Escola, do Governo Federal, e a compra foi feita pela Secretaria de Estado da Educação (SED), por meio da adesão ao pregão do MEC

para cadeirante e custou R\$ 150 mil.

Os ônibus fazem parte do Programa Caminho da Escola, do Governo Federal, e a compra foi feita

pela Secretaria de Estado da Educação (SED), por meio da adesão ao pregão do MEC. A escolha dos municípios que receberão os ônibus foi feita pelo

Fórum Parlamentar Catarinense, formado pelos deputados federais e senadores de Santa Catarina.



Veículo: Correio Lageano	Editoria: Educação	Data: 31/10/2014
Assunto: Escola é alvo de vandalismo pela segunda vez neste ano		Página:



CORREIO LAGEANO

Escola é alvo de vandalismo pela segunda vez neste ano / Foto

BEM PÚBLICO

Escola é alvo de vandalismo pela segunda vez neste ano

ANDRESSA RAMOS

andressa@correiolageano.com.br

Muros e salas pichadas e trincos danificados. Esta foi a situação encontrada na Escola de Educação Básica Belisário Ramos, na manhã de ontem, no bairro São Cristóvão, em Lages.

Em julho deste ano, a escola passou por uma reforma geral na pintura para reparar os danos de pichação. Depois de quatro meses a escola foi alvo, novamente, de vandalismo.

De acordo com a gerente de Educação de Lages, Maria de Fátima Daboit Ogliari, um boletim de ocorrência será registrado e as imagens da câmera de vigilância serão entregues à Polícia Militar na tentativa de identificar os possíveis autores. "Nesta quinta-feira, a Secretaria do Meio Ambiente irá reunir os professores para conversar sobre a preservação do patrimônio público, mas independentemente disto, sempre falamos com os alunos sobre isso", explica a gerente.

A diretora da instituição preferiu não se manifestar sobre o ocorrido até que as investigações sejam concluídas.



Os muros foram pichados, alguns trincos danificados e salas pichadas. Assim estava a escola ontem

Neste ano, o Governo do Estado de Santa Catarina investiu 28 milhões em infraestrutura nas 45 escolas da região da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). Estima-se que deste valor, 10% foram destinados para consertar atos de vandalismo.



Neste ano, o Governo do Estado de Santa Catarina, investiu 28 milhões em infraestrutura nas 45 escolas.

DENÚNCIA

• Para contribuir com a preservação do patrimônio público a população pode ligar para os telefones (49) 8421-1052 e o 190 da Polícia Militar para fazer as denúncias.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 04/11/2014
Assunto: Qualidade		Página: Online



OPINIÃO: CAMINHO PARA A INCLUSÃO

"A precária qualidade do ensino compromete o presente e ameaça o futuro do país", afirma Ruy Martins Altenfelder Silva

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

Professores desmotivados, despreparados e até agredidos pelos jovens. Currículos desligados das aspirações dos Alunos. Pais ausentes do processo educacional dos filhos. Descaso pela qualidade da gestão Escolar e indicações políticas sem critério de mérito para cargos de direção. Elevado volume de desvios de verbas apurados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Essas são algumas das linhas que configuram um dos mais preocupantes gargalos do desenvolvimento nacional: a precária qualidade do Ensino, que compromete o presente e ameaça o futuro do País.

Não houvesse outros motivos, bastaria o impacto da Escolaridade no processo de inclusão e ascensão social das camadas menos favorecidas da sociedade para tornar a questão educacional uma das prioridades centrais dos governantes que tomarão posse no início do próximo ano.

Para corrigir e reverter a degradação do sistema de Ensino - um universo de 27 Estados, 5.570 municípios, 50 milhões de Alunos e 5 milhões de funcionários distribuídos por 200 mil Escolas do Ensino fundamental e médio - um bom começo talvez seja o resgate da figura do Professor. Entre 2012 e 2013 houve uma queda de 22 mil concluintes dos cursos de licenciatura, segundo o Censo do Ensino Superior divulgado pelo Ministério da Educação.

Além de prejudicar a qualidade de Ensino, as reconhecidas deficiências da gestão Escolar também são fator de desestímulo, pois os Professores mais interessados e motivados se veem privados de boas condições para exercer seu ofício. Primeiro ponto a receber crítica dos especialistas: a prevalência de indicações políticas para cargos de gestão, quase sempre sem respeito a critérios de competência ou formação profissional.

Dois recentes editoriais deste jornal põem o dedo na ferida ao afirmarem que a má qualidade do Ensino não se deve - como muito se fala - à escassez de recursos orçamentários. Se ainda havia dúvida quanto a isso, ela seria eliminada pelo volume



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

de dinheiro distribuído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) a Estados e municípios que não têm recursos para bancar o investimento mínimo de R\$ 2.285 por Aluno. De 2007 a 2013 as verbas desse fundo saltaram de R\$ 67 bilhões para R\$ 116 bilhões, descontada a inflação e tendo como destino o pagamento dos Professores, a compra de equipamentos e a manutenção das atividades básicas, como transporte e merenda.

Apesar da fartura de reais, a maior parte dos Estados beneficiados com fatias do bolo do Fundeb não atingiu a média nacional do Índice de Desenvolvimento do Ensino Básico (Ideb). Além da má gestão, tais recursos também são alvo de corrupção, segundo relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) que apontou desvios de verbas em 73% dos 180 municípios fiscalizados.

Como relata um dos mencionados editoriais, há menos de um ano a Polícia Federal prendeu seis ex-prefeitos, quatro vereadores e cinco secretários municipais de Educação da Bahia por desvio de R\$ 30 milhões do Fundeb. Entre os ralos pelos quais escoam o dinheiro da Educação, a CGU identificou gastos perdulários, falhas administrativas, contratos irregulares, superfaturamento, fraudes em licitações, notas fiscais frias. Entre as espantosas irregularidades e os desperdícios, a CGU apurou que comissões pagas por empresas vencedoras de licitações atingiam a média de 20% do valor do contrato.

A CGU apontou, ainda, a falta de preparo técnico dos integrantes dos conselhos de acompanhamento do Fundeb, criados para promover o tal controle social dos gastos do fundo. Boa parte deles não monitora a aplicação das verbas (50% dos casos), não supervisiona a realização do Censo Escolar (59%) nem acompanha a elaboração do orçamento anual da Educação nos respectivos municípios (63%). E para piorar a situação dos sofridos Professores, quase 22% das prefeituras fiscalizadas não destinaram 60% dos recursos que receberam para pagamento dos seus Educadores.

Há casos de Professores e de diretores Escolares que conseguem driblar as dificuldades e obtêm resultados surpreendentes nos quesitos qualidade do aprendizado e respeito das comunidades em que atuam. Noticiados com louvor pela mídia, de um lado, eles despertam admiração e aplausos, mas, de outro, não deixam de causar perplexidade e até certo desencanto (mais um!) com nossas lideranças políticas. Isso porque, embora raros, considerando a amplitude da rede brasileira de Ensino público, eles valem por uma indiscutível prova de que com uma correta política pública de Educação as Escolas poderiam ser, com certeza, a mais sólida alavanca para a redução das desigualdades sociais.

Como o número de Alunos cresce numa proporção inferior ao salto registrado nas transferências do Fundeb, é razoável inferir que com mais verbas os Estados e municípios beneficiados deveriam ter elevado o gasto por Aluno, com consequente melhora do aprendizado. Só que, como mostram os indicadores nacionais e internacionais, a qualidade vem subindo, na média geral, a passos de tartaruga, até por consequência de outra falha - aliás, entranhada na cultura brasileira: a resistência à



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

adoção de sistemas de avaliação do desempenho dos gestores Escolares, dos Professores e dos Alunos.

Sem instrumentos eficazes de fiscalização da aplicação dos recursos o Ensino público continuará a ser a prova viva de que nem sempre o que falta é dinheiro para corrigir as distorções e melhorar o desempenho do mestre e do Aluno. Mais do que a recorrente reivindicação por mais dinheiro dos cofres públicos, a qualidade da Educação depende, principalmente, de ética no trato da coisa pública, de competência na gestão e do olhar vigilante da sociedade.

*Ruy Martins Altenfelder Silva é presidente do conselho de administração do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE) e da Academia Paulista de Letras Jurídicas



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 04/11/2014
Assunto: Lição de casa		Página: Online



ALUNOS QUE FAZEM LIÇÃO DE CASA TÊM MELHOR DESEMPENHO ESCOLAR

Segundo estudo, aqueles que foram estimulados a estudar em casa atingiram média de ganho 10% maior em matemática

Fonte: Revista Educação

Os alunos que têm lição de casa têm desempenho escolar superior, segundo um estudo conduzido no Departamento de Economia da PUC-RJ por Cláudio Ferraz e Maurício Fernandes. A conclusão surgiu a partir da análise das notas do Saresp (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) de 2007 e 2009 e das respostas dos questionários aplicados junto com o exame. Os questionários foram úteis para os pesquisadores identificar quais alunos recebiam com frequência lição de casa e quais não tinham esse tipo de atividade. Aqueles que foram estimulados a estudar em casa atingiram média de ganho 10% maior em matemática e 14% maior em língua portuguesa do que os demais. O fato de os alunos terem de refletir sobre o que aprenderam fora da escola ajuda-os a fixar o conteúdo, na opinião dos autores do levantamento. Apesar dos resultados positivos, a parcela de alunos da rede pública paulista que tem lição de casa rotineiramente é bastante pequena. Apenas 14% dos professores de matemática e 5% dos de língua portuguesa têm esse hábito, segundo as respostas dos questionários.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 04/11/2014
Assunto: Castigo	Página: Online	



SANTA CATARINA



Professor deixa cargo após crianças queimarem mãos em atividade física

Na sexta (31), ele teria colocado alunos para ficar com as mãos no chão. Escola lamentou fato e informou que profissional pediu para deixar função.

Um professor de educação física deixou o cargo na Escola de Educação Básica Prof Zélia Scharf, onde trabalhava temporariamente em Chapecó, no Oeste catarinense, nesta segunda-feira (3) após crianças queimarem as mãos durante um exercício. Os pais dos alunos registraram boletim de ocorrência (veja vídeo).

Segundo reportagem da RBS TV, na última sexta (31), o profissional havia levado os alunos para a quadra de esportes da unidade e aplicou um exercício no qual as crianças teriam que ficar com as mãos e os pés voltados para o chão e a barriga para cima, imitando uma aranha. A atividade teria queimado as mãos delas.

Uma das mães, Daiane Scherer, reprova a atitude do professor. Ela disse que o filho estava de atestado e não poderia fazer exercícios físicos, pois havia passado por uma cirurgia, mas o professor teria dito que a atividade era um castigo para a turma. "Ele chegou dizendo que não podia tocar em nada. Aí ele disse que o professor deu um castigo e mostrou os calos", contou.

Ainda conforme as informações da RBS TV, o professor era substituto e havia começado a cumprir o contrato no dia do ocorrido. A diretora da escola, professora Jussane Emerick, lamentou a atitude e informou que o profissional pediu para deixar a função na manhã desta segunda (3).

"Esperamos o professor chegar à escola, conversamos com ele, colocamos os fatos, colocamos a gravidade da situação, das consequências e que a Escola estava muito triste, lamentando o acontecimento pelas crianças, principalmente, pelas famílias. Em decorrência disso, o professor acabou desistindo da vaga", relatou ela.

A gerente de Educação da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Chapecó, Maria de Lurdes Seben, disse que o caso vai ser avaliado e que serão tomadas as medidas cabíveis. "Vamos seguir o estatuto do magistério e o professor vai responder dentro da forma da lei", declarou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 04/11/2014
Assunto: Novas disciplinas		Página: Online



Mudança climática e biodiversidade podem fazer parte do ensino

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira (29) proposta que inclui os temas de mudanças do clima, da proteção da biodiversidade, e dos riscos e das vulnerabilidades a desastres socioambientais na Política Nacional de Educação Ambiental, criada pela Lei 9.795/99.

Por recomendação do relator na Comissão de Educação, deputado Eurico Júnior (PV-RJ), o texto aprovado é o substitutivo acatado anteriormente pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ao Projeto de Lei 5203/13, do deputado Márcio Macêdo (PT-SE). A proposta original previa apenas a inclusão das mudanças do clima e da proteção da biodiversidade entre os temas da política.

“As modificações inseridas no substitutivo aperfeiçoam a proposição original”, resumiu Eurico Júnior. Ele ofereceu ainda ao texto duas subemendas para adequar termos da área de educação e evitar detalhamentos terminológicos desnecessários.

Conforme o texto aprovado, entre os objetivos da educação ambiental passará a ser incluído o estímulo à participação individual e coletiva, inclusive das escolas de todos os níveis de ensino, nas ações de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças do clima, no estancamento da perda de biodiversidade, bem como na educação voltada à percepção de riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais.

No item que estabelece finalidades para os estudos, pesquisas e educação ambiental, passará a ser incluído o desenvolvimento de instrumentos e metodologias visando a assegurar a efetividade nas ações educadoras comprometidas com a prevenção, mitigação e adaptação, relacionadas às mudanças do clima e aos desastres socioambientais, assim como ao estancamento da perda de biodiversidade.

Pelo texto, o Poder Público, nos níveis federal, estadual e municipal, incentivará a sensibilização da sociedade para esses temas.

Ainda conforme o substitutivo, os temas das mudanças do clima, da proteção da biodiversidade e dos riscos e emergências socioambientais deverão ser incluídos nos projetos institucionais e pedagógicos da educação básica e da educação superior, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

A Lei 9.795/99 estabelece que a educação ambiental seja desenvolvida como uma prática integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Pela legislação, a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 04/11/2014
Assunto: Salários		Página: Online



Pesquisa mostra comparação entre salários de professores

Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP) da USP mostra que os professores do ensino fundamental ganham mais do que outros profissionais com a mesma formação e que atuam na mesma região geográfica.

Com o título Comparação de distribuição de salários de professores e outras ocupações: uma análise do diferencial, a pesquisa foi orientada pelo professor Luiz Guilherme Dácar da Silva Scorzafave e comparou a diferença do salário-hora entre professores e não professores graduados em carreiras típicas de docência como ciências da educação, matemática, biologia e química, formação de professores, língua materna e com perfis sociais semelhantes.

"Para quem estuda o assunto, o que mais surpreende é a ordem de grandeza que encontramos", afirma a administradora de empresas Laura Muller Machado, autora da pesquisa. Os dados obtidos indicam que professores ganham em média R\$ 12,13 por hora enquanto os não professores recebem em média R\$ 10,67, uma diferença de R\$ 1,46 por hora.

O estudo se restringiu aos profissionais com idades entre 18 e 27 anos que atuam no ensino fundamental. O objetivo era comparar os rendimentos entre grupos que tiveram a docência como primeira escolha profissional. De acordo com a pesquisa, deste grupo, cerca de 80% são mulheres, sendo 70% formadas em pedagogia com média de idade de 26 anos.

A pesquisadora partiu da premissa, já comprovada em outras pesquisas, de que a qualidade do professor é o principal fator para o sucesso do aluno. "O que constatamos foi que, dentre as pessoas com formação típica para docência no ensino fundamental, os que ganham mais são os que já atuam como professores", afirma Laura.

"Partindo do pressuposto de que o grupo que recebe melhor salário concentra os melhores profissionais, podemos dizer que dentre os 'potenciais professoráveis' já temos os melhores", conclui. "Fica então a pergunta: se dentre os formados para a docência já temos os melhores profissionais por que então nossos desempenhos escolares são ruins?", questiona ela.

A pesquisadora conclui que diante destes resultados, aumentar o salário não necessariamente seja o único caminho a ser seguido e que talvez uma das alternativas exija outra formação destes professores.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 04/11/2014
Assunto: Formação		Página: Online



Professor pode ser obrigado a se reciclar a cada 6 anos

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado vai analisar em reunião marcada para esta terça-feira (4), às 11h, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 292/2012, que torna obrigatória a reciclagem pedagógica de professores da educação superior e básica pública a cada seis anos.

Do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), o projeto tramita em caráter terminativo e tem voto favorável da relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), na forma de substitutivo.

Ao justificar a iniciativa, o autor enfatiza a importância da atualização profissional na sociedade do conhecimento que caracteriza o século 21. O senador argumenta ainda que há uma lacuna na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) sobre a atualização dos profissionais da educação pública, em todos os níveis. O projeto, na visão de Cyro Miranda, representa "um esforço do Parlamento para a melhoria da qualidade de nossa educação pública, nos níveis básico e superior".

Outro projeto que será analisado pela CE é o que estabelece medidas de incentivo para a criação de entidades representativas de estudantes (PLS 80/2014). Do senador Pedro Taques (PDT-MT), a proposta será examinada em decisão terminativa e tem voto favorável do relator, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

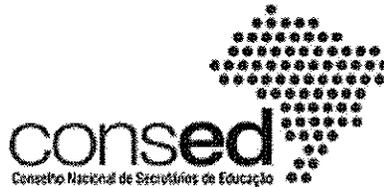
Na mesma reunião, a CE deve votar projeto de resolução que cria o Painel Permanente da Poesia no Senado (PRS 78/2013). O objetivo da proposta da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) é promover a poesia, a educação e a cultura.

Na justificativa do projeto, a senadora lembra que o painel pode, além de promover a poesia e a literatura do mais alto quilate, estimular a expressão poética de iniciantes, estudantes e pessoas interessadas, por meio de certames que elejam temas de relevo político-social e cívico, associado ou não à passagem de datas comemorativas, tais como o Dia da Mulher, o da Consciência Negra e o da Independência do Brasil.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 04/11/2014
Assunto: Prêmio		Página: Online



Abertas as inscrições para o prêmio VIVALEITURA

Objetivo é estimular e fomentar a leitura e a formação educacional, bem como o reconhecimento às melhores experiências de promoção de leitura.

O prêmio VIVALEITURA, que tem o objetivo de estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam a leitura, está com as inscrições abertas até o dia 21 de novembro. A iniciativa premia trabalhos nas seguintes categorias: 1) “Bibliotecas Públicas, Privadas e Comunitárias”; 2) “Escolas Públicas e Privadas”; e 3) “ONGs, pessoas físicas, universidades/faculdades e instituições sociais”, que desenvolvam trabalhos na área de leitura. Em cada categoria, os vencedores recebem um prêmio no valor de R\$ 30 mil.

Na categoria Sociedade, há a distinção da Menção Honrosa a ser atribuída a projetos de empresas com foco no tema “formação de mediadores de leitura”. A distinção abrange programas e projetos de apoio, promoção e patrocínio, na área de leitura, desenvolvidas por empresas, públicas ou privadas. O projeto que se destacar por sua abrangência, permanência confirmada e alta relevância será considerado merecedor da Menção Honrosa. As inscrições são gratuitas e terminam no dia 21 de novembro de 2014.

O prêmio é uma iniciativa do Ministério da Cultura (MinC), da Fundação Biblioteca Nacional, do Ministério da Educação (MEC) e da Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), com o apoio da Fundação Santillana, da Fundação Banco do Brasil, do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O prêmio VIVALEITURA faz parte do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

Visite o site oficial do prêmio e acesse o regulamento e o edital completo:
<http://www.premiovivaleitura.org.br>